



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Definição do objeto

Assinatura pelo prazo de 12 (doze) meses do banco de imagem, áudio, vídeo e componentes padrão em alta resolução *Adobe Stock*, isentos de *royalties*.

2. Fundamentação da Contratação

A subscrição (assinatura) de banco de imagem, áudio, vídeo e componentes padrão em alta resolução isentos de *royalties* justifica-se pela necessidade de aprimoramento de projetos criativos de *design* gráfico e produção audiovisual para atendimento das solicitações das diversas unidades do TRE-SC e de cartórios eleitorais, objetivando divulgação das atividades da Justiça Eleitoral catarinense na mídia impressa, por videodifusão, radiodifusão, na *internet*, com produção de textos, vídeos e áudios para distribuição interna, aos veículos de comunicação e, em especial, nas mídias sociais.

O uso intensivo de imagens é necessário nas mais variadas estratégias de *marketing*, para promover ações simples ou complexas envolvendo divulgação de serviços *on-line*, ou no desenvolvimento de campanhas, ou na produção de diversos tipos de produtos de *design* gráfico, tais como *folders*, cartazes, *banners* impressos e/ou digitais, cartilhas, apresentações, vídeos institucionais, de divulgações jornalísticas e em redes sociais diversas. O TRE-SC está presente no Facebook, no Instagram, no Flickr e no Twitter e quase a totalidade das postagens usam ilustrações ou fotos oriundas de trabalhos desenvolvidos pela Assessoria. Os bancos de imagens pagos contam com uma variedade de opções no acervo, onde as imagens e recursos audiovisuais disponíveis são de altíssima qualidade e apresentadas em diversos formatos e tamanhos.

Relevante considerar também a importância de fazer frente à considerável demanda de material digital relativa aos serviços prestados por esta justiça especializada, verificada tanto em ano não eleitoral quanto em ano eleitoral, aumentando exponencialmente nesse último.

No contexto de desburocratização, é inegável o papel relevante das redes sociais na comunicação com a sociedade e com o público interno, dessa forma, a profissionalização das ações voltadas a esses canais de comunicação, com informações qualificadas, produtos atrativos (cards, vídeos, “tiktoks” etc) e linguagem adequada a cada plataforma torna-se fundamental para o aprimoramento da comunicação institucional, na divulgação dos serviços digitais e notícias relacionadas à Justiça Eleitoral de Santa Catarina.

Cabe salientar que a Justiça Eleitoral vem passando por intenso processo de valorização tanto da comunicação interna como externa. Tal valorização vem reforçando a necessidade de atuação da ASCOM e dos serviços por ela prestados. Ademais, pode-se afirmar sem receios que todos os públicos/clientes (eleitores, imprensa, servidores, colaboradores, órgãos públicos, entidades, organizações não governamentais e população em geral), de uma forma ou de outra, recebem materiais digitais criados por esta Assessoria, seja por meio de *releases*, matérias jornalísticas, boletins de áudio, vídeo pelas diversas



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

plataformas (em especial, pelas redes sociais e pelos grupos de mensagem instantânea, a exemplo do TRE-Informa).

Com a presente aquisição pretende-se garantir a qualidade do material produzido, avançando para produção de material gráfico e audiovisual cada vez mais qualificado e alinhados aos objetivos estratégicos da Justiça Eleitoral, subsidiando campanhas internas e externas, matérias jornalísticas, material para rádios, produção de vídeos para mídias sociais, entre outros produtos relacionados à atividade de design e multimídia.

De mais a mais, em anos eleitorais, a demanda por serviços relacionados a recursos multimídia é significativamente ampliada, o que reflete na qualidade e variedade do material a ser criado e apresentado pela equipe técnica da Assessoria.

3. Descrição da solução

O objeto a ser licitado possui características comuns e usuais encontradas no mercado de TI, cujos padrões de desempenho e de qualidade podem ser objetivamente definidos, conforme especificações técnicas abaixo e quantidades estabelecidas na tabela que segue:

Item	Objeto	Quantidade
1	<p>Assinatura pelo prazo de 12 (doze) meses do banco de imagem, áudio, vídeo e componentes padrão em alta resolução <i>Adobe Stock</i>, isentos de <i>royalties</i>.</p> <p>Especificação do objeto:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Site de banco de imagem com acervo de grande porte;b) Ativos audiovisuais em alta resolução, disponíveis ininterruptamente, que agreguem novos itens a cada mês, possibilitando um banco dinâmico e atualizado;c) Consulta inteligente;d) Permissão para baixar até 25 ativos audiovisuais/dia ou 750/mês; ee) Licença de uso digital e impresso de forma ilimitada e por tempo indeterminado.	1 (uma) licença

Entendem-se por especificações técnicas:

- a) **Componentes padrão:** fotos (alta resolução), vetores, ilustrações, texturas, modelos, 3D e faixas de música;
- b) **Acervo de grande porte:** com no mínimo de 10.000.000 imagens e não poderá ser composto por imagens gratuitas;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- c) **Consulta inteligente:** sistema de pesquisa que permita ao usuário efetuar buscas por categorias, combinações de buscas por conceitos, critérios inclusivos ou exclusivos por diversos filtros e ainda permita busca por imagem retornando nos resultados imagens, ilustrações ou vídeos similares, propiciando uma consulta mais rápida e otimizada;
- d) **Ativos audiovisuais:** itens em alta resolução (imagens, fotos, ilustrações, vetores, áudios e vídeos), conforme segue:
- **Imagens (fotos, gráficos, ilustrações vetoriais e texturas):** devem possuir, no mínimo 2MB de tamanho e estar nas extensões JPEG, PNG, TIFF, PSD ou em formato Vetorial (EPS, AI, CDR) em no mínimo 3 opções diferentes de resolução para aplicação em formatos diversos, com resolução mínima de 1000x700 pixels e 300 dpi;
 - **Vídeos:** em resolução mínima em alta definição HD (1280x720px) ou em resolução Full HD (1920x1080px), com no mínimo 3 opções de formato (AVI, WMA, MP4, AEP, PPROJ);
 - **Áudios:** formato MP3.
- e) **Licenças e critérios de utilização:**
- Licença de uso digital e impresso de imagens, áudio, vídeos e componentes padrão de forma ilimitada e por tempo indeterminado (*royalty-free*);
 - Cessão ilimitada de direitos autorais, com uso permitido sem apresentação e crédito da empresa fornecedora nos materiais;
 - Cessão ilimitada dos direitos de uso de imagem dos modelos fotografados;
 - Uso por tempo ilimitado das imagens aplicadas a trabalhos realizados durante o período de vigência da assinatura;
 - Autorização para recorte, manipulação digital, aplicação de efeitos, alterações de cor e fusão das imagens com outras, sendo do banco ou não.

3.1. Estudo Técnico Preliminar

Estudo Técnico Preliminar juntados ao Procedimento Administrativo Eletrônico (PAE) n. 25.431/2023.

3.2. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

Não se aplica a esta contratação.

3.3. Códigos SIASG

27260, 3778 e 15270.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

4. Requisitos da contratação

NECESSIDADES	REQUISITOS	JUSTIFICATIVA
Negócio	<p>Subscrição de banco de imagens, áudio, vídeos e componentes padrão* de alta resolução.</p> <p>Especificação do objeto:</p> <ul style="list-style-type: none">- Site de banco de imagem com acervo mínimo** de 10.000.000 de imagens (fotos, ilustrações e imagens vetoriais);- Ativos audiovisuais*** em alta resolução), disponíveis ininterruptamente, que agreguem novos itens a cada mês, possibilitando um banco dinâmico e atualizado;- Consulta inteligente, que permita ao usuário efetuar buscas por categorias, combinações de buscas por conceitos, critérios inclusivos ou exclusivos por diversos filtros e ainda permita busca por imagem retornando nos resultados imagens, ilustrações ou vídeos similares, propiciando uma consulta mais rápida e otimizada;- Permissão para baixar até 25 ativos audiovisuais/dia ou 750/mês; <p>* Os componentes padrão devem incluir fotos (alta resolução), vetores, ilustrações, texturas, modelos, 3D e faixas de música.</p> <p>* * O acervo deverá ser de grande porte (mínimo de 10.000.000 imagens) e não poderá ser composto por imagens gratuitas.</p> <p>*** Ativos audiovisuais constituem-se de itens em alta resolução (imagens, fotos, ilustrações, vetores, áudios e vídeos), conforme segue:</p> <ul style="list-style-type: none">- Imagens (fotos, gráficos, ilustrações vetoriais e texturas): devem possuir, no mínimo 2MB de tamanho e estar nas extensões JPEG, PNG, TIFF, PSD ou em	<p>Geração de conteúdo gráfico e audiovisual exclusivo e essencial ao desenvolvimento de atividades técnicas junto a Assessoria de Comunicação Social do TRE-SC</p>



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

NECESSIDADES	REQUISITOS	JUSTIFICATIVA
	<p>formato Vetorial (EPS, AI, CDR) em no mínimo 3 opções diferentes de resolução para aplicação em formatos diversos, com resolução mínima de 1000x700 pixels e 300 dpi</p> <p>- Vídeos: em resolução mínima em alta definição HD (1280x720px) ou em resolução Full HD (1920x1080px), com no mínimo 3 opções de formato (AVI, WMA, MP4, AEP, PPROJ)</p> <p>- Áudios: formato MP3</p>	
Legais	<p>Licença de uso digital e impresso de imagens, áudio, vídeos e componentes padrão de forma ilimitada e por tempo indeterminado (<i>royalty-free</i>);</p> <p>Por “imagens <i>royalty-free</i>” entende-se:</p> <ul style="list-style-type: none">• Cessão ilimitada de direitos autorais, com uso permitido sem apresentação e crédito da empresa fornecedora nos materiais;• Cessão ilimitada dos direitos de uso de imagem dos modelos fotografados;• Uso por tempo ilimitado das imagens aplicadas a trabalhos realizados durante o período de vigência da assinatura;• Autorização para recorte, manipulação digital, aplicação de efeitos, alterações de cor e fusão das imagens com outras, sendo do banco ou não;	<p>Conteúdo deve estar liberado para uso comercial e imediato após o <i>download</i>.</p> <p>São assegurados ao TRE-SC, com exclusividade, os direitos de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos pelo uso do objeto deste Termo de Referência, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, de forma permanente, sendo permitido ao Tribunal distribuir, alterar e utilizar os produtos sem limitações.</p>
Garantia e Manutenção	<p>Oferecer acesso <i>on-line</i> a tutoriais de ajuda (já inclusos no preço da subscrição), em português, abordando diversos temas, tais como: introdução e uso dos recursos disponíveis do produto, instalação e <i>login</i>, dicas e técnicas recomendadas, soluções de problemas já conhecidos, base de conhecimento, etc.</p> <p>Ausência de custos adicionais ou custos especiais de</p>	<p>Visando garantir a qualidade do produto adquirido e, principalmente, o alcance dos objetivos da contratação, o produto fornecido deverá garantir suporte em Português (Brasil)</p>



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

NECESSIDADES	REQUISITOS	JUSTIFICATIVA
	licenciamentos para uso das imagens	
Temporais	Subscrição por 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogação pelo prazo legalmente autorizado na NLLC	Tempo mínimo necessário para atestar a funcionalidade da ferramenta e garantir o aprimoramento dos trabalhos desenvolvidos na Assessoria
Segurança da Informação	A presente contratação leva em conta aspectos importantes, como agregação de valor e gestão de riscos, bem como atende às disposições legais e aos princípios básicos da Administração Pública, como isonomia, economicidade, eficiência, publicidade e legalidade, estando em harmonia com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação do TRE-SC.	Atendimento aos princípios da Lei Geral de Proteção de Dados e com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação do TRE-SC.
Sociais, ambientais e culturais	Os ativos audiovisuais disponíveis devem abordar temas e conceitos variados e contemporâneos. É imprescindível que no acervo constem imagens com caráter nacional, ou seja, com perfil brasileiro, seu regionalismo, clima, raças, cores, entre outras especificidades do país.	O acervo deverá conter fotos, imagens digitais e ilustrações de caráter publicitário/jornalístico e deve atender a trabalhos de direção de arte e criação para peças impressas e eletrônicas de divulgação e, também, para criação de materiais para as redes sociais;
Técnicos	Integração com a pacote Adobe <i>Creative Cloud</i>	A Adobe Creative Cloud é a ferramenta utilizada pela equipe de produção gráfica e audiovisual da ASCOM (contrato TRE-SC n. 108/2022). Desta forma, a ferramenta mais adequada para suprir a necessidade da equipe é a Adobe Stock, pois atende com maior eficácia aos requisitos e aos resultados esperados para fins de desenvolvimento das atividades pelos profissionais alocados na Unidade.
Metodologia de trabalho e implantação da solução	Acesso ao acervo para <i>download</i> de forma ininterrupta, <i>on-line</i> e mediante navegador	Equipe técnica trabalha utilizando dispositivos variados (celulares, computadores e <i>notebooks</i> etc.) e, eventualmente, à distância da sede.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5. Modelo de execução do objeto

5.1. Prazos

A entrega do objeto, física ou eletronicamente (ESD), com as devidas chaves, senhas e orientações, deverá se dar em até 5 (cinco) dias após o recebimento do contrato devidamente assinado pelo representante do TRE-SC, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta.

As subscrições deverão ser habilitadas em até 2 (dois) dias úteis a partir do recebimento da notificação emitida pelo TRE-SC, contendo os dados para registro.

A data de início da contagem do período de um ano da subscrição dar-se-á a partir da sua ativação.

5.2. Local de entrega ou prestação dos serviços

A habilitação da licença deverá ser efetuada no prazo acima estipulado em favor de usuário vinculado à Assessoria de Comunicação Social do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, unidade localizada à Rua Esteves Júnior, n. 68, Centro, Florianópolis/SC, 10º andar.

5.3. Recebimento provisório e definitivo

Caberá a Assessora de Comunicação Social, ou seu substituto ou sua substituta, efetuar o recebimento provisório e definitivo das subscrições.

a) o recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado (habilitação da subscrição);

b) o recebimento definitivo dar-se-á em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela contratada.

5.4. Pagamento

O pagamento será feito em favor da Contratada, mediante depósito bancário, após o cumprimento das obrigações contratuais e da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que não haja fator impeditivo imputável à contratada.

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de 10 (dez) dias úteis após o recebimento definitivo do objeto.

Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5.5. Garantia do objeto

Não se aplica a esta contratação.

5.6. Vigência da contratação

O Contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até 12 (doze) meses, podendo, no interesse da Administração, ser prorrogado por meio de Termos Aditivos, até o limite decenal, nos termos do art. 107 da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021. A data de início da contagem do período de um ano da subscrição dar-se-á a partir da sua ativação.

5.7. Obrigações da Contratante

Inspecionar a entrega do objeto a fim de verificar a existência de eventuais irregularidades ou desconformidade com os termos definidos neste TR.

Efetuar o pagamento à contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no edital.

Promover, através de seu representante, o servidor titular da Assessoria de Comunicação Social do TRE-SC, ou seu substituto, a fiscalização do cumprimento do objeto e das demais cláusulas do Contrato de acordo com o art. 117 da Lei n. 14.133/2021.

Efetuar o recebimento definitivo até em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela contratada.

5.8. Obrigações da Contratada

A contratada deve:

- a) Fornecer os produtos no prazo e nas demais condições e especificações constantes da proposta;
- b) Disponibilizar todos os informativos técnicos necessários à análise da proposta quanto ao atendimento dos requisitos técnicos exigidos; e
- c) Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Fica vedada a transferência a outrem, no todo ou em parte, do objeto contratado, sem prévia anuência do TRE-SC.

5.9. Transferência de Conhecimento

São assegurados ao TRE-SC, com exclusividade, os direitos de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos pelo uso do objeto deste Termo de Referência, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, de forma permanente, sendo permitido ao Tribunal distribuir, alterar e utilizar os produtos sem limitações.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5.10. Direitos Autorais

São assegurados ao TRE-SC, com exclusividade, os direitos autorais de todos os produtos gerados na execução do contrato decorrente deste Termo de Referência, ficando proibida sua utilização pela Contratada sem autorização expressa do Tribunal, sob pena de multa e sanções civis e penais cabíveis.

5.11. Qualificação Técnica

Não se aplica a esta contratação.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. Gestor de contrato

6.1.1. Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

- a) coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa;
- b) acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- d) coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
- e) coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente às unidades competentes, para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;
- f) elaborar o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, com as informações obtidas durante a execução do contrato;
- g) coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico e administrativo.
- h) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

i) realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e

j) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

6.1.2. Caberá ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

a) prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências;

b) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

c) emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexistência ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

d) informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

e) comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;

f) fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;

g) comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

h) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal administrativo;

i) auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e

j) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

6.1.3. Caberá ao fiscal administrativo do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

a) prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- b) verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;
- c) examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;
- d) atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
- e) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal técnico; e
- f) auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado.

6.2. Gestão e fiscalização

	Titular ou substituto das unidades
Gestor da contratação	Assessoria de Comunicação Social
Fiscal técnico	Assessoria de Comunicação Social
Fiscais administrativos	Seção de Gerenciamento de Contratações
	Seção de Preparação de Pagamentos e Análise Tributária

6.3. Instrumentos Formais

Será firmado contrato com o licitante vencedor da licitação.

6.4. Acompanhamento do Contrato

O gestor manterá controle acerca da qualidade da(s) subscrição(ões), a fim de subsidiar futuras contratações.

A comunicação entre o TRE-SC e a Contratada poderá ocorrer por contato telefônico, e-mail ou pessoalmente, conforme dados que seguem:

Assessoria de Comunicação Social

Titular: Ana Patrícia Tancredo Gonçalves;

Telefone: (48) 3251-3835;

Endereço: Rua Esteves Júnior, 68, 10º andar, 88015-130, Florianópolis/SC;

E-mail: pres-ascom@tre-sc.jus.br

O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação, pelo Contratante, da conformidade da entrega do objeto, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, e serão exercidos pela Assessora de Comunicação Social do TRE-SC, ou seu substituto.

A Fiscalização terá autoridade para:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- a) exigir o cumprimento de todos os itens especificados;
- b) rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado para a execução dos serviços; e
- c) esclarecer dúvidas ou solucionar omissões eventualmente constatadas durante a execução.

A existência do acompanhamento não exime a Contratada de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões por ela praticados, que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer ou após a entrega dos serviços.

Quaisquer dúvidas que eventualmente surjam deverão ser sanadas junto à ASCOM do TRE-SC, conforme dados fornecidos acima.

6.5. Alocação de riscos

Não se aplica a esta contratação.

7. Critérios de medição e de pagamento

Não se aplica a esta contratação.

8. Reajuste ou repactuação

Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados após 1 (um) ano, contados da data limite para apresentação da proposta, utilizando-se, para o cálculo, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado na ocasião, ou, na hipótese de extinção deste índice, utilizar-se-á o que venha a substituí-lo.

9. Forma e critérios de seleção do fornecedor

9.1. Parcelamento e adjudicação

O objeto a ser contratado é comercializado como pacote único que contempla todos os aplicativos demandados. Dessa forma, não há possibilidade de parcelamento do objeto, devendo a adjudicação do item se dar a favor de um único licitante.

9.2. Seleção do fornecedor

Será selecionado o licitante que, por meio de processo licitatório, atender aos requisitos previstos em lei (habilitação jurídica, regularidade fiscal e qualificação econômico financeira) e às demais exigências editalícias, bem como oferecer a proposta mais vantajosa à Administração.

9.2.1. Critérios de habilitação

Não há requisitos específicos de qualificação técnica.

Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, deverá ser exigido:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- Quando se tratar de pessoa física, nos casos em que for permitida a participação, certidão negativa de insolvência civil, nos termos da IN SEGES/ME n. 116/2021.
- Não há requisitos específicos de qualificação econômico-financeira para pessoa jurídica.

9.2.2. Critérios de preferência e de desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

9.2.3. Modalidade de licitação e critério de julgamento

O objeto pretendido é serviço comum, oferecido por diversos fornecedores no mercado, apresentando características padronizadas e usuais, o que justifica, portanto, a utilização da modalidade “Pregão” e do critério de julgamento “Menor Preço”.

10. Estimativas do valor da contratação

Com base nos produtos disponíveis no mercado e nas contratações públicas similares, estima-se que a presente contratação custará R\$ 5.687,22 (cinco mil, seiscentos e oitenta e sete reais e vinte e dois centavos), conforme média calculada no item 4.1.1.1 do ETP.

11. Alinhamento da contratação

11.1. Plano de Contratações Anual

Plano de Contratações de TIC (Anexo II) - Custeio, Item 14.

11.2. Plano de Logística Sustentável

A contratação, ao garantir os recursos necessários à criação de conteúdo audiovisual e de multimídia de qualidade, alinha-se com o Plano de Logística Sustentável do TRE-SC, em especial com os objetivos abaixo listados:

- a) reduzir o consumo de papel e de suprimentos de impressão;
- b) promover o desenvolvimento de sistemas informatizados de documentos em substituição aos documentos impressos; e
- c) promover o uso de ferramentas virtuais na gestão administrativa para melhor controle, gerenciamento e atendimento de demandas.

11.3. Outros instrumentos

Trata-se de subscrição de banco de imagens, áudio, vídeo e componentes padrão de alta resolução isentos de *royalties* para geração de conteúdo gráfico e audiovisual. A demanda relaciona-se diretamente às atividades técnicas desenvolvidas junto a Assessoria de Comunicação Social do TRE-SC e correlaciona-se à prestação de serviços de jornalismo, design gráfico, produção audiovisual, técnico de áudio e vídeo e social



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

media (contrato TRES n. 70/2021).

A contratação proporciona o aprimoramento de projetos e a criação de conteúdo digital exclusivo e essencial ao desenvolvimento das atividades pelos profissionais em exercício na Assessoria e harmoniza-se com as necessidades do negócio do Tribunal, estando alinhada com os objetivos estratégicos definidos no Planejamento Estratégico 2021-2026, em especial, o “Fortalecimento da Relação Institucional com a Sociedade”.

As referidas atividades traduzem-se também em uma necessidade continuada para o bom funcionamento das suas unidades, bem como para o cumprimento de forma eficiente e eficaz do Plano Anual de Comunicação e do Plano de Divulgação das Eleições.

Por fim, a utilização de imagens bem selecionadas e alinhadas aos valores e à missão do TRE-SC potencializa a eficácia da comunicação institucional, uniformizando os elementos visuais, fortalecendo a cultura organizacional e criando laços que unem as equipes e promovem maior o engajamento às políticas de acessibilidade, inclusão e igualdade e de combate à desinformação. Ademais, ao refinar o conteúdo gráfico à cada portal de comunicação, conquista-se a confiança dos cidadãos e garante maior visibilidade aos serviços prestados pela Justiça Eleitoral Catarinense.

12. Adequação orçamentária

Item	Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Valor
14	02.122.0033.20GP.0042 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa no Estado de SC, PTRES 167782	3.3.90.40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ	R\$ 1.500,00
Total			R\$ 1.500,00

13. Descumprimento contratual e penalidades

13.1. Nos termos da Portaria P n. 39/2023, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

f) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável, pelas infrações administrativas previstas no subitem 13.1, as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar com a Administração;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.2.1. A sanção de advertência consiste em comunicação formal ao fornecedor que deu causa à inexecução parcial do contrato, conforme previsto na alínea “a” do subitem 13.1.

13.2.1.1. A advertência retira do fornecedor a condição de infrator primário, de modo que, em caso de reincidência, sanção mais severa poderá lhe ser aplicada, devendo ser observado o disposto no subitem 13.3.

13.2.2. A sanção de multa tem natureza pecuniária e poderá ser moratória ou compensatória, observados os seguintes termos:

a) o atraso injustificado na execução do objeto deste Termo de Referência sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), acrescidos de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, a partir do segundo dia de mora, sobre o valor da parcela em atraso, e sua aplicação não dispensa a contratada do cumprimento da obrigação inadimplida;

b) a inexecução parcial do objeto sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;

c) a inexecução total do objeto sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

13.2.2.1. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções estabelecidas neste Termo de Referência.

13.2.2.2. Ultrapassados 30 (trinta) dias de mora, será avaliada a possibilidade de aplicação da conversão da multa de mora para a compensatória por inexecução contratual.

13.2.2.3. A multa poderá ser aplicada em dobro se o infrator for reincidente, ou seja, se tiver sido sancionado por este Tribunal após decisão transitada em julgado, observando-se o disposto no subitem 13.3.

13.2.2.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo de Referência.

13.2.2.5. A multa aplicada será:

- a) retida cautelarmente dos pagamentos devidos pela Administração e recolhida em definitivo ao Erário, após o trânsito em julgado da decisão que a impôs;
- b) descontada de eventuais faturas pendentes de pagamento;
- c) paga pelo fornecedor por meio de GRU;
- d) descontada do valor da garantia prestada; ou
- e) cobrada judicialmente.

13.2.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar com a União poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, “b” a “g”, pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo ou dar causa à inexecução total do contrato: Prazo - 6 (seis) meses;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Prazo - 1 (um) mês;
- c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Prazo - 2 (dois) meses;
- d) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Prazo - 2 (dois) meses;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Prazo - 2 (dois) meses.

13.2.4. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, “h” a “m”, pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: Prazo - 3 (três) anos;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Prazo - 4 (quatro) anos;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Prazo - 4 (quatro) anos;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Prazo - 5 (cinco) anos;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Prazo - 6 (seis) anos.

13.2.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.2.6. As sanções previstas nos subitens 13.2.3 e 13.2.4 poderão ser majoradas em 10% (dez por cento) para cada agravante, até o limite legal, em razão de:

- a) restar comprovado que o responsável pela infração administrativa tenha registro de penalidade aplicada no âmbito do TRE-SC, por prática de quaisquer das condutas tipificadas no presente Termo de Referência, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;
- b) restar comprovado que o infrator tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;
- c) o licitante ou fornecedor participante da dispensa eletrônica não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo de contratação; ou
- d) restar comprovado que o fornecedor tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

13.2.7. As penas previstas nas alíneas “b” a “e” do subitem 13.2.3 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, após a incidência das majorações previstas no subitem 13.2.6, quando não tenha havido nenhum dano à Administração, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:

- a) a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha escusável do fornecedor;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

b) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou

c) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento.

13.2.8. Quando a ação ou omissão do responsável pela infração administrativa ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

13.2.9. A aplicação das sanções previstas no subitem 13.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.2.10. É admitida a reabilitação do licitante ou do contratado sancionado, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa;

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

13.2.10.1. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “a” e “e” do subitem 13.2.4 exigirá, como condição de reabilitação do fornecedor sancionado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

13.3. Restará afastada a reincidência após transcorrido 1 (um) ano entre a data do trânsito em julgado da decisão que aplicou a anterior penalidade ao infrator e a data da nova infração.

13.4. O responsável pela infração será intimado para apresentação de defesa e especificação de provas que pretenda produzir, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da intimação.

13.4.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, o infrator poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.4.2. Serão indeferidas pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

13.5. A sanção estabelecida no subitem 13.2.4 é de competência do Presidente do TRE-SC.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

13.6. Da aplicação das sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.2 e 13.2.3 caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.6.1. O recurso de que trata o subitem 13.6 será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.7. Da aplicação da sanção prevista no subitem 13.2.4 caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.